

BELÉM DO PARÁ, UMA CIDADE ENTRE AS ÁGUAS: HISTÓRIA, NATUREZA E DEFINIÇÃO TERRITORIAL EM PRINCÍPIOS DO SÉCULO XIX

CONCEIÇÃO MARIA ROCHA DE ALMEIDA*

Em 1803 o Mestre de Campo Jozé Manoel Seabra enviou alguns escravos para trabalharem no desaguamento do alagado Piri. O Conde dos Arcos, dirigente local naqueles tempos, ficou muito agradecido a Manoel Seabra, pois o dito desaguamento era considerado serviço necessário à cidade de Belém do Pará. (VERGOLINO-HENRY & FIGUEIREDO, 1990: 190)

O processo de expansão da cidade de Belém no século XIX precisou enfrentar as águas abundantes, devido à proximidade de rios, às chuvas freqüentes, à formação de áreas alagadiças e existência de terrenos baixos e encharcados, considerados obstáculos a serem superados pelos dirigentes e engenheiros da época.

No presente trabalho, o qual integra discussão desenvolvida em minha tese de doutorado, pretendo relacionar o processo de expansão da cidade de Belém do Pará nos primeiros anos do século XIX, com o enfrentamento das águas constantes na mesma. Nesse sentido enfatizarei o processo de desaguamento do Piri.

Os terrenos pantanosos e os alagados

O verão ahi vem pressuroso, e, se não houver sérias providencias entre nós, qual a sorte que nos aguardará?

Parece, pois, que é tempo de despertar dessa indiferença com que vai sendo aqui encarado pelos poderes competentes o mal que se nos avesinha.

Além de que vivemos aqui cercados de terrenos pantanosos, grande parte das ruas da capital que tanto dinheiro consome em foguetes, de um sem número de lagoas formadas pelas agoas pluviaes que dentro em breve ficarão estagnadas por falta de chuvas que removem as mesmas agoas, tornando assim essas lagoas verdadeiros focos de mephiticas exalações miasmáticas. (...)"(Jornal: "A Provincia do Para", 19/04/1876: 02)

A cidade de Belém foi fundada e construída em meio à convivência com as águas. E o princípio básico de que era necessário controlar as águas, contê-las, drená-

*Docente da Universidade Federal do Pará/Escola de Aplicação. Doutora em História Social, PUC/SP.

las, acomodá-las em valas, foi vitorioso ao longo do século XIX. Em relação a essa questão, Alexandre Rodrigues Ferreira escreveu, no século XVIII, que

A Cidade se divide em dois bairros, o da Cidade, e o da Campina. A cidade em si he plana, as ruas mais estreitas do que largas, pela maior parte irregulares todas por calçar, e com o seu fundo de tijuco, com as agoas do inverno fica todo um pantanal. A rua mais larga, he a da Cadeia no bairro da Campina, mas essa mesma não he tirada à cordão desde o Largo do Palácio, até o das Mercês, predomina neste bairro a areia, por isso não é tão pantanosa como o da Cidade. (FERREIRA, 1783-1784)

Árduas batalhas foram travadas pelo enquadramento das águas de Belém, o que arrebatou, principalmente, aqueles que acreditavam na importância de viver em função do progresso e do desenvolvimento da “civilização” na capital do Pará e que isso significava, entre outras coisas, promover “melhorias” na cidade conectadas, também, ao processo de organização das águas. Ou seja, a construção da cidade fundamentou-se na convicção de que era imperioso vencer as águas, submetendo-as aos planos de expansão da capital do Pará, nos quais ficaram estabelecidos os diversos traçados de ruas, estradas, travessas e largos. Os planos de expansão fundaram-se por sua vez em convicções não raramente constituídas em cidades da Europa, avaliadas como exemplos a serem observados.

Entre o século XVII e princípios do XIX, os que chegaram em Belém depararam-se com muitas águas, inclusive as que formavam o alagado Piri. E além dessas, com as águas das chuvas regulares e com os acúmulos por essas gerados. A Cidade do Pará também era repleta de terrenos baixos e áreas consideradas pantanosas, algumas delas denominadas *igapós*, e *igarapés* a percorriam por diversas partes¹. (MOREIRA, 1970: 10)

Com o avançar do século XIX, os habitantes de Belém em geral conviveram com uma jornada disciplinadora das águas que gerou alterações importantes na cidade do Pará, mas que também precisou conviver com permanências, que para alguns pode ter significado atraso, ou mesmo, estagnação no processo de lidar com a água. Em

¹ O geógrafo Eidorfe Moreira registrou que o termo “igapó” recebeu conceituações diferenciadas no plano científico, o mesmo ocorrendo entre os vocabularistas. Entretanto, a maioria destes “registra o termo com um sentido mais ou menos uniforme, através de definições como ‘floresta pantanosa’, ‘floresta alagada’, ‘mato alagadiço’, etc., outros omitem a conotação vegetal, fazendo-o mero sinônimo de pântano, charco ou lezira, sem qualquer referência ao ambiente florestal”.

relação a esse ponto, nos anos setenta do século XIX, o dirigente provincial Abel Graça, registrou que as “febres paludosas” que ceifavam vidas em toda A Província do Pará, guardavam íntima relação com as águas abundantes na mesma. Para ele, “(...) n’um paiz como este, onde o vigor da vegetação se pode medir pela força do calor e humidade sempre constante, é forçoso crer n’essas emanações deletérias, resultantes da decomposição constante de detritos orgânicos”.²

Nunca é demais lembrar também que a cidade teve uma importante atividade agrícola, além da extração do látex e do aquecido comércio no século XIX, principalmente a partir da economia da borracha. Ou seja, para que as atividades econômicas resultassem em frutos significativos, tornou-se essencial o empenho nos modos de lidar com as águas.

Ganharam reforço então, as ideias de contenção e ordenação das águas, o que foi obtido através de obras como pontes, cais, procedimentos de dessecação e esgotamento, por meio da abertura de valas. As obras referentes ao Piri enquadraram-se nesse contexto. Ressalto que a decisão pelo dessecação do grande alagado acarretou o envolvimento de uma diversidade de trabalhadores – a maioria dos quais, moradores de Belém - desde aqueles que detinham o poder decisório das alterações da cidade, até os que se envolveram diretamente nas obras de escoamento das águas.

O Piri: águas, dessecação e expansão da cidade

Nos primeiros anos do século XIX, ainda seria possível visualizar o alagado chamado Piri, haja vista as palavras de agradecimento do Conde dos Arcos ao Mestre de Campo. E até que as obras fossem encaminhadas, moradores e visitantes de Belém conviveram, com aquelas águas, que inundavam os terrenos próximos conforme os movimentos da maré. Em relação a essa questão, assim registrou Baena: o Piri era um “(...) terreno de alluvião muito baixo inteiramente horisontal, em que duas vezes por dia penetrão livremente as águas da preamar”. (BAENA, 1969: 254)

² “Relatorio apresentado á Assembléa Legislativa Provincial em 15 de fevereiro de 1872 pelo presidente da provincia, dr. Abel Graça”.

Quase duas décadas depois, Spix e Martius, ao longo de sua estadia em Belém, reportaram-se com admiração à obra iniciada pelo Conde dos Arcos. Registraram que ele

transformou um trecho de terreno devoluto, que drenou por meio de valas, guarnecendo-o com avenidas de belas árvores, no único logradouro da cidade. As mongubeiras (...) e as sumaumeiras (...), as árvores-do-pão australianas (...), as mangueiras (...), os mombins (...) cresceram em dois decênios, dando troncos frondosos e enfeitam a região aprazível onde existem algumas chácaras esparsas. Com essa eficaz plantação, a cidade do Pará muito lucrou em salubridade e aqui não há as doenças endêmicas, que se observam nos trópicos. (SPIX, 1981, v. 3: 23-4)

A planta a seguir, atribuída ao capitão e engenheiro João Rafael Nogueira, mostra em destaque o alagado Piri. A esse engenheiro militar, o governador e capitão general do Gram-Pará e Rio Negro, outorgou a tarefa de encaminhamento do dessecamento do Piri, cabendo aos escravos e livres desafortunados a lida direta com as águas do mesmo.

Além de Nogueira, outros militares e engenheiros tiveram seus nomes ligados ao processo de escoamento do Piri e à expansão da cidade de Belém, tais como, o sargento Gaspar João Geraldo de Gronsfeld e o engenheiro Teodosio Constantino de Chermont, os quais apresentaram traçados relativos ao Piri e à cidade de Belém. A ideia que prevaleceu foi marcada pela noção de utilidade e comodidade, ou seja, era preciso expandir a cidade e tal expansão implicava na submissão daquelas águas bem como a fauna e a flora nelas contidas.³

³ Para o geógrafo Eidorf Moreira, “o espaço da cidade era formado por dois acidentes hidrográficos, o igapó e o igarapé do Piri, que embora distintos formavam uma unidade ou conjunto geográfico dentro do quadro urbano. Pela sua extensão e largura, eles dividiam a urbe em duas, tornando os bairros (da Cidade e da Campina) como suas cidades à parte”. (MOREIRA, 1989 v.I:)

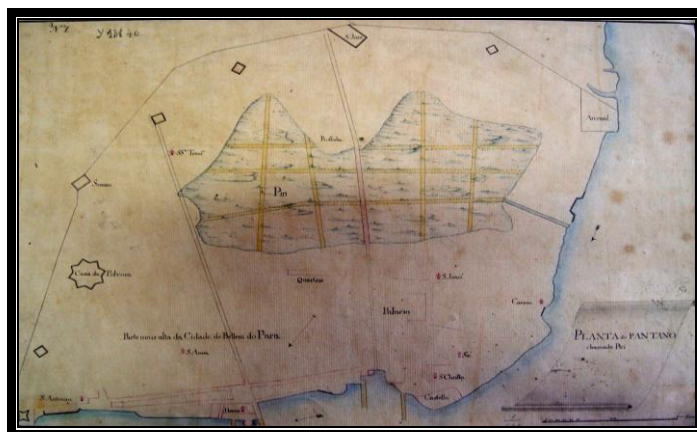


Figura 1 “Planta do Pantano chamado Piri” -

A respeito disso, considero fortes os indícios de que a pesca fosse uma atividade desenvolvida por moradores de Belém nas águas do Piri, uma vez que em áreas similares, alagadiças e/ou de igapó, peixes considerados do mato, por viverem nos alagadiços cobertos de vegetação alta, tais como o jiju, o jandiá, o jacundá, o curimatá, o aruaná e o tamuatá eram pescados para consumo alimentar. (VERISSIMO, 1895: 107)

Os peixes chamados do mato, muito saborosos todos, são uma das curiosidades da fauna ichthyologica da Amazonia. Habitam não só os lagos e lagoas, cobertos de mato, os igapós centraes e marginaes, mas ainda poças maiores d’água dentro das matas. Alguns, como o tamuatá, meio amphibios, passam terra a dentro, de um sitio para outro. Deste êxodo, feito em bando, aproveitam os moradores para os apanharem. (VERISSIMO, 1895: 107)

Referindo-se ao que chamava “pequena pesca”, José Veríssimo registrou que no período das chuvas, tanto os igapós quanto os lagos tornavam-se “menos caudalosos, mais rasos” e propensos à pesca individualizada, através da qual era obtido o “mantimento” para casa. “Nessas águas calmas, escurecidas pela escassez da luz, espessas de apparencia, se abriga na cheia o peixe, e é talvez ahi que principalmente procrea, desova e incuba”. (VERISSIMO, 1895: 99-101)

Ao especificar um pouco mais os moradores recorrentes na pequena pesca, o autor refere-se àqueles que usavam arco e flecha e/ou caniços, que percorriam as águas em canoas, ou subiam em “grossos troncos tombados” ou ainda, construíam os “mutás”, nos quais se posicionavam à espera do peixe. (VERISSIMO, 1895: 101)

Os moradores assim referidos nas fontes que pesquisei, ou seja, envolvidos mais diretamente com a natureza, com atividades como a pesca, por exemplo, integravam os grupos sociais não abastados, alguns desprovidos de propriedades e bens considerados

de maior valor na Belém dos oitocentos. Muitos eram mestiços de indígenas, principalmente, e/ou de negros. Seriam esses os grupos cujas relações com as águas do Piri foram estreitadas ao longo de quase duas centenas de anos.

É importante ressaltar que diversas espécies de animais encontradas nos igapós, também o eram em rios e lagos, o que acredito reforçar que os mesmos fossem obtidos também na área do Piri.

Ao dedicar algumas páginas ao Piri, Baena registrou que no ano de 1803 o dirigente provincial ordenou o “dessecamento” do mesmo, o que, para ele constituía-se em obra de suma importância, pois acreditava ser aquele um local de abrigo para insetos de inúmeras espécies, além de impregnar o ar com “vapores pestíferos”, emanados de suas permanentes águas.

No processo de dessecamento, contudo, foram construídas valas, apresentadas no desenho de Nogueira, abertas à custa do trabalho de moradores não abastados e do apoio de instrumentos como “balde de vallador e pá”.⁴ A função das valas era justamente a de promover o dessecamento, ou seja, por elas as águas deveriam escorrer, percorrendo caminhos para o desague. Entretanto, as valas conservavam águas em seu interior, que empoçadas se deterioravam.

Estudos sobre a cidade de Belém do século XIX indicam o aprofundamento desse modo de pensar. Fundamentados na teoria dos miasmas, em 1881, por exemplo, médicos membros da Inspetoria de Saúde Pública em Belém acreditavam que as febres palustres, biliosas e perniciosas, causadoras de numerosas mortes entre janeiro e junho de 1880, foram ocasionadas pelos pântanos existentes em abundância em torno do perímetro urbano e mesmo dentro deste.⁵

De conformidade com as palavras do presidente Gama e Abreu, buscava-se realizar obras de escoamento de pântanos como o Una e outros que se estendiam até a estrada de S. Jeronymo, assim como àqueles que alcançavam o Igarapé do Chermont, às proximidades do 11º batalhão. Advertia, contudo, que tais obras só muito lentamente

⁴ Sobre o uso do “balde de vallador” ver “Memorias Economicas da Academia Real das Ciencias de Lisboa, para o adiantamento da agricultura, das artes, e da indústria em Portugal, e suas conquistas”. Tomo V. Lisboa, na Officina da mesma Academia. Anno M.DCCC.XV. Com licença de sua Alteza Real. Pp. 86-9.

⁵ Citado por RITZMANN, Iracy de Almeida Gallo. *Belém: Cidade Miasmática. (1878 – 1900)*. Dissertação (mestrado). PUC/SP, 1997. Pp. 183-5. Ver também BELTRÃO, Jane Felipe. *Cólera, o flagelo da Belém do Grão-Pará*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi; Universidade Federal do Pará, 2004.

ficavam concluídas, ou seja, o processo de enxugamento dos pântanos da cidade e imediações desta, demandou recursos e empenho de inúmeros moradores, além de dirigentes e operários.⁶

O combate aos pântanos era considerado importante para moradores que acreditavam que aqueles eram espaços propícios ao desenvolvimento de enfermidades, ou ainda, obstáculos a serem superados. Os dirigentes provinciais assim pensavam e nos jornais que circularam na Belém dos oitocentos, os textos reproduziam esse modo de pensar, não raramente expressando o pensamento médico. Todavia, possivelmente para aqueles que mantinham uma convivência rotineira e de longa data com aquelas áreas, estas não se constituíssem em lugares pestíferos.

Relativamente a essa questão, nos anos quarenta, Bates anotou a presença de lavadeiras e aguadeiros, os quais se dirigiam às áreas baixas e pantanosas da cidade para lavar roupas e encher pipas d'água, o que implicava certamente, em idas e vindas pelos ditos terrenos baixos e pantanosos da cidade de Belém. Segundo o naturalista,

(...) o terreno é ligeiramente ondulado, de forma que as áreas secas se alternam com os trechos pantanosos, sendo totalmente diferentes nestes lugares e naquelas a vegetação e a vida animal. Nossa casa ficava na parte da cidade mais próxima do (rio) Guamá, à borda de uma das áreas baixas e alagadiças que compõem uma parte dos arredores da cidade. Esse trecho é cortado por estradas pavimentadas, sendo a principal delas a estrada das Mongubeiras, com cerca de um quilômetro e meio de extensão. (...) Essa bela avenida foi construída por volta de 1812, durante o governo do Conde dos Arcos. Ela é cortada perpendicularmente por vários caminhos estreitos e verdejantes, sendo a região inteira drenada por um sistema de pequenos canais e fossos, através dos quais a maré flui e reflui, o que mostra como são baixas as terras. (grifos meus). (BATES, 1979: 14)

A descrição de Bates corrobora para o entendimento acerca das áreas constitutivas da cidade - a ondulação reinante, a alternância de áreas secas, baixas e pantanosas, a tendência à formação de alagados. Relacionando essas considerações ao processo de dessecação do Piri, Bates destacou a beleza da avenida, construída a partir do trabalho de drenagem levado a efeito por administradores, engenheiros e “operários” em terras mais baixas.

⁶ “Relatório apresentado à Assembléa Legislativa Provincial em 15 de fevereiro de 1881 pelo Exm. Sr. Dr. José Coelho da Gama Abreu.

Nesse ponto, é oportuno lembrar que os elementos integrantes da natureza deveriam ser conhecidos, para então poderem ser submetidos pelos moradores da cidade. Bates, por exemplo, destacou os caminhos verdejantes da estrada das Mongubeiras - árvores de troncos robustos, que se afilavam, e dotadas de flores.

Bem, em relação ao Piri, o modo de pensar as águas do mesmo não foi tão distinto dos modos de pensar a relação com outros elementos da natureza no tocante à questão da utilidade. Em outras palavras, se as águas não eram consideradas úteis aos moradores e até revelavam-se causadoras de enfermidades mortais, era necessário contê-las e/ou eliminá-las, enquadrando-as mediante o que se acreditava constituir as necessidades dos habitantes – uma leitura antropocêntrica, portanto, em relação às águas.

Então, guardar a convicção de que a partir das águas do alagado poderiam fluir miasmas causadores de doenças diversas, foi um argumento a mais para o encaminhamento do dessecamento do mesmo. Possivelmente, em decorrência desse modo de pensar, a proposta do engenheiro João Geraldo de Gronsfeld, constante nos mapas apresentados mais adiante, não foi implementada pelos dirigentes.



Figura 2 Planta da Cidade de Grampara - 1773 (REIS FILHO, 1999)

No mapa a seguir é apresentado um projeto de Gronsfeld, alternativo à planta anterior, mas ainda preservando o Piri, transformado em um lago permanente. Nesse projeto a parte mais antiga da cidade seria protegida pelos muros.⁷ (REIS FILHO, 1999)

⁷ De acordo com Reis Filho, o projeto a seguir constituiu-se numa “variante do projeto mostrado pelo desenho anterior. Neste, apenas a parte mais antiga da cidade é protegida por muros e baluartes. Além disso, previa um aprofundamento da área do alagado do Piri, para transformá-lo em um lago



Figura 3 Projeto de Gronsfeld - 1773⁸ (REIS FILHO, 1999)

Em meio a essa questão, vale reconsiderar os objetivos expansionistas em relação à própria cidade, ou seja, na visão de dirigentes, ela deveria expandir-se, tornar-se mais populosa e o alagado implicaria um obstáculo a ser superado. Retomando o exposto na planta de João Rafael Nogueira, essa apresentava o traçado de três estradas em sentido horizontal, além de outras, incluindo a que se estendia do “Palácio” ao “São José”. Vê-se, portanto, que as ruas ou estradas foram sobrepostas ao terreno alagadiço, deixando claro que o Piri não seria apenas enxugado, por ele passariam ruas, seriam edificadas casas e cultivados vegetais. As vias em questão selariam a ligação entre a Cidade e a Campina.⁹

permanente, contornando e protegendo a área fortificada pelo lado leste, além de comportas dos dois lados, que o engenheiro chama de anteportas, em sua legenda.” (REIS FILHO, 1999).

⁸ Legenda: “Projecto O qual mostra, Como se podia Fortificar Somente a Cidade, e não incluido a Campina, Pello Methodo mais Simplex q. pode admittir o Terreno pantanoso, ne menos he projectado o Lago do Piry, que utilidade se pode tirar delle; Primeiro com Suas tres anteportas as quaes feitas de Vigas, faz a Cidade inattacabele, Segundo tira a Camera Grande Donativo pa. os bems do Conselho de Pesca Terceiro tem os Moradores, as suas canoas Siguras nos seus Portos pa. que não Se desincaminhem. Projecto offerece ao Ill.mo e Ex.mo Snr. João Per.a Caldas do Conselho de S. M.e Fid.ma Governador Cap.am General do Gram Pará, Maranhão, Piauí, Rio Negro &”. Fonte original: manuscrito do Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa.

⁹ BRAUDEL, Fernand. *O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrânico na Época de Filipe II. V. I.* São Paulo: Livraria Martins Fontes Editora Ltd^a. 1979. Pp.92-100.

Segundo Baena, nos anos trinta dos oitocentos, Belém estava dividida em duas freguesias ou bairros – a da Sé, iniciada em 1616, e a de Senhora Santa Anna da Campina, estabelecida em 1727. Ele explica que entre a Sé e a Campina havia um terreno baixo que “decorre atravez do largo de Palacio da Praia ao alagadiço Piri”. BAENA, Antonio Ladisláo Monteiro. *Ensaio Corografico sobre A Provincia do Pará.* Pará: Typographia de Santos Menor, 1839. P. 233.

Ressalto que o engenheiro Nogueira não foi o único e nem o primeiro a estabelecer um traçado propondo a construção de ruas através do Piri. O plano geral da Cidade do Pará, datado de 1791 e de autoria do militar e engenheiro Theodosio Constantino de Chermont, além de propor as chamadas valas para escoamento das águas, também continha os traçados de prováveis ruas naquele trecho da cidade, conforme exposto na próxima imagem.¹⁰

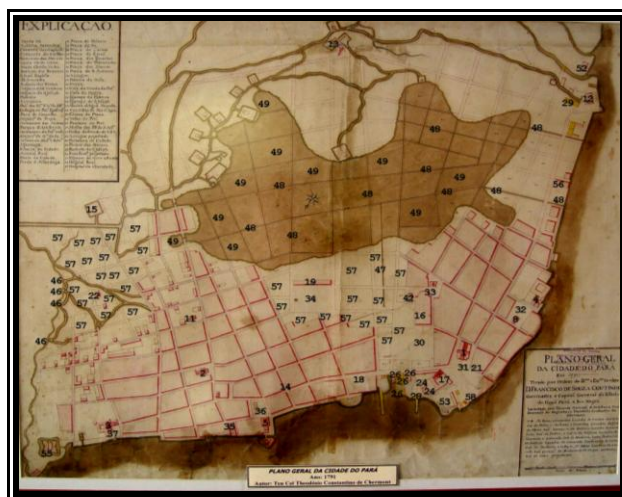


Figura 4 Plano Geral da Cidade do Pará - 1791

Essa discussão é desenvolvida em estudo sobre cidades da Amazônia no século XVIII, entre as quais Belém, na qual é discutida a questão do abastecimento de água potável para os moradores. Essa já se constituía numa preocupação entre dirigentes ao final do século XVIII e início do XIX, período coincidente com a presença de vários engenheiros militares no Pará e com a viagem de Alexandre Rodrigues Ferreira, o qual dedicou parte de sua narrativa para a questão do acesso da população à água de beber, conforme discutido no capítulo anterior. Com relação aos registros de Rodrigues Ferreira, é importante lembrar que eles foram produzidos num contexto de interesse do governo português em aprofundar conhecimentos acerca das terras do Brasil.¹¹

¹⁰ Sobre a importância do trabalho de engenheiros ligados aos dirigentes do Pará no século XVIII é importante ver ARAÚJO, Renata Malcher. *As cidades da Amazônia no século XVIII. Belém, Macapá e Mazagão*. Pp. 251-9.

¹¹ FERREIRA, Alexandre Rodrigues. *Miscelânea Histórica: para servir de explicação ao prospecto da Cidade do Pará 1783-1784*. Texto datilografado.

A documentação referida em estudo sobre cidades da Amazônia colonial, realmente aponta para o problema relativo à ausência de fontes geradoras de água considerada potável, bem como para as dificuldades de construí-las naquele contexto, problema esse ainda perceptível em grande parte do século XIX, quando vários dirigentes expressaram preocupação com a questão do fornecimento de “água de qualidade” para os moradores, em suas falas, relatórios e mensagens, conforme discutirei mais à frente. (ARAÚJO, 1998: 251-9)

As obras de dessecamento do Piri demandaram vários anos. A esse respeito, creio que seja interessante lembrar os registros de Spix e Martius, acerca do que julgaram ser “o único logradouro da cidade”, em decorrência da drenagem através de valas e da plantação de árvores que aformosearam o local. Para aqueles visitantes estudiosos, a obra do dirigente nos terrenos do Piri fora de grande valia, pois tornara a cidade mais salubre e construíra uma bela área, dotada de avenidas com frondosa vegetação. (BAENA, 1839: 256-7)

Reitero que a concepção de cidade bela expressada pelos estudiosos que referi, não era exclusiva dos mesmos, contrariamente, era compartilhada por dirigentes e outros grupos locais, para os quais a expansão da cidade era incompatível com terrenos encharcados e considerados insalubres. Entretanto, proceder o dessecamento de tantas áreas, constituiu-se em tarefa para o decorrer do século XIX e não limitou-se a este, a rigor, ainda hoje, as águas são objeto de discussão entre moradores da cidade.

Em mapa de 1823, cujo autor foi o engenheiro Hugo de Fournier, áreas alagadiças correspondentes em parte à localização do Piri, constam ainda do desenho representativo da cidade. E a respeito disso é importante enfatizar que mesmo nas duas décadas finais dos oitocentos, mapas referentes à cidade de Belém indicam a “persistência” de “terrenos baixos” e “igapós” no interior da mesma.

Não obstante os registros indicarem a longa permanência de terrenos encharcados é importante assinalar que, ao longo do século XIX, a ideia de “enxugar” a cidade prevaleceu e marcou várias formas de discursos escritos de dirigentes, inclusive através das posturas, uma vez que o receio das emanações das águas e que a luta em prol do asseio dos chamados espaços públicos da cidade se consolidava.

A respeito disso, não é demais lembrar que Belém fora fundada e crescerá em meio às águas, a despeito de recomendações diversas concernentes à mudança do local da capital do Pará e que remontam ao século XVIII.¹²

As águas, por sua vez, cobraram custos elevados aos habitantes para permanecerem instalados na mesma - precisaram conviver com as enchentes que transformavam ruas e quintais em “lagoas”, com a lama que se espalhava por inúmeras ruas da cidade, com os odores das valas mal esgotadas, com as epidemias que mortificaram inúmeros moradores durante dezenas de anos nos oitocentos e finalmente com as dores das perdas e o medo.

O advento da república, a intensificação das medidas de saneamento e higienização prosseguiram o enfrentamento com as águas adentrando o século XX. Em meio à documentação, um relatório de 1891, do dirigente Duarte Huet de Bacellar Pinto Guedes, apresenta considerações interessantes sobre a “execução de um serviço geral de esgotos para esta capital”.¹³ Em relação ao escoamento das “águas dos pântanos e capinzais”, por exemplo, consta uma consideração do representante da Empresa de Obras Públicas no Brasil, Manoel Odorico Nina Ribeiro, segundo o qual só por “aterros ou por um sistema especial de drenagem se poderá conseguir o dessecação dos pântanos d’esta cidade”. Para tanto retoma o exemplo holandês. Naquele país, o sistema de dessecação implicou na abertura do canal de Amsterdam, no mar do Norte.

Entretanto, é importante não esquecer que as relações com as águas foram também marcadas por momentos de congraçamento, ou seja, nem sempre as águas eram percebidas como inimigas, haja vista que a grande maioria dos moradores organizou

¹² Ver o estudo de COIMBRA, Osvaldo. *A Saga dos primeiros construtores de Belém*. Belém: Imprensa Oficial do Estado, 2002. Pp 42-3. O autor discute “a escolha do sítio inicial”, afirmando que esta logo foi questionada. Citando Roberto Southey, que por sua vez observou as considerações de Bernardo Pereira de Berredo, governador do estado do Maranhão e Gram-Pará entre 1718 e 1722, Coimbra registra que o sítio fora “mal escolhido, do ponto de vista da conveniência estratégica militar portuguesa porque sua localização entre pantanais tornava-o indefensável”.

¹³ “Relatório com que o Capitão-Tenente Duarte Huet de Bacellar Pinto Guedes passou a administração do Estado do Pará em 24 de junho de 1891 ao Governador Dr. Lauro Sodré, eleito pelo Congresso Constituinte em 23 do mesmo mez”. In: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2416/000002.html>. Acesso em 3 mai. 2006. O relatório de Pinto Guedes expõe uma discordância quanto à proposta de arrematação da execução de um serviço geral de esgotos para Belém. Em vista disso, consta do referido relatório uma “reclamação do representante da Empresa de Obras Públicas no Brasil”, Manoel Odorico Nina Ribeiro, ao Governo do Estado, sobre a “*Directoria das Obras Públicas*”. A reclamação foi produzida devido à inserção, pela Diretoria de Obras, de cláusulas contratuais “*não cogitadas no edital de concorrência*”, no parecer relativo às propostas para o serviço da rede de esgotos de Belém.

suas vidas em meio à convivência com elas. Possivelmente para aqueles que percorreram as ruas molhadas, em meio à chuva e/ou adentraram os rios, o contato com águas guardassem significados únicos, talvez por antecederem reencontros queridos, celebrações há muito esperadas, uma resolução aguardada, o descanso de muitos afazeres.

Enfim, o que tento expressar, é a relatividade que acredito haver marcado de modo profundo e talvez indelével, as relações dos moradores de Belém com as águas, afinal eles eram iguais e ao mesmo tempo diferentes e a carga de vivências e sentimentos que portavam gerou ações e reações ora semelhantes, ora díspares, ante a lida com as águas ao longo do século XIX, a despeito da construção da civilização em Belém.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Renata Malcher. *As cidades da Amazônia no século XVIII. Belém, Macapá e Mazagão*. Porto: FAUP, 1998.

BELTRÃO, Jane Felipe. *Cólera, o flagelo da Belém do Grão-Pará*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi; Universidade Federal do Pará, 2004

BRAUDEL, Fernand. *O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrânico na Época de Filipe II. V. I*. São Paulo: Livraria Martins Fontes Editora Ldtª. Traduzida da 4ª edição francesa de 1879.

CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

COIMBRA, Osvaldo. *A Saga dos primeiros construtores de Belém*. Belém: Imprensa Oficial do Estado, 2002.

CRUZ, Ernesto. *Ruas de Belém: significado histórico de suas denominações*. Belém; CEJUP, 1992.

JORGE, Janes. *Tietê, o rio que a cidade perdeu: o Tietê em São Paulo 1890-1940*. São Paulo: Alameda, 2006.

MOREIRA, Eidorfe. *Os Igapós e seu aproveitamento*. Belém: Imprensa Universitária, 1970.

VERGOLINO-HENRY, Anaiza & FIGUEIREDO, Arthur Napoleão. *A Presença Africana na Amazônia Colonial: Uma notícia histórica*. Belém: Arquivo Público do Pará. 1990.

VIEIRA JR., Antonio Otaviano. *Entre o futuro e o passado: aspectos urbanos de Fortaleza (1799-1850)*. Fortaleza: Museu do Ceará, 2005. (Coleção Outras histórias, 31).

RITZMANN, Iracy de Almeida Gallo. *Belém: Cidade Miasmática. (1878 – 1900)*. Dissertação (mestrado). PUC/SP, 1997

FONTES HISTÓRICAS REFERIDAS:

BAENA, Antonio Ladisláo Monteiro. *Compêndio das Eras da Província do Pará*. Coleção Amazônia. Série José Veríssimo. Belém: Universidade Federal do Pará, 1969.

BAENA, Antonio Ladisláó Monteiro. *Ensaio Corografico sobre A Provincia do Pará*. Pará: Typographia de Santos Menor, 1839. Depositado na Fundação Cultural do Pará “Tancredo Neves”/CENTUR. Biblioteca Pública do Estado do Pará “Arthur Vianna”, sessão de obras raras.

BATES, Henry Walter. *Um naturalista no rio Amazonas*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1979

FERREIRA, Alexandre Rodrigues. *Miscelânea Histórica: para servir de explicação ao prospecto da Cidade do Pará 1783-1784*, (texto datilografado). Fundação Cultural do Pará “Tancredo Neves”/CENTUR. Biblioteca Pública do Estado do Pará “Arthur Vianna”.

VERISSIMO, José. *A pesca na Amazônia*. Rio de Janeiro: Livraria Clássica de Alves & C. 1895

REIS FILHO, N. Goulart. CD-ROOM, *Imagens das Vilas e Cidades do Brasil Colonial*, 1999.

SPIX, Johann Baptist von. *Viagem pelo Brasil: 1817-1820*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1981.V. 3.

Jornal: “A Provincia do Para”, anno I, nº 18, de 19/04/1876. P.02. Fundação Cultural do Pará “Tancredo Neves”/CENTUR. Biblioteca Pública do Estado do Pará “Arthur Vianna”, sessão de microfilmagem.

Memorias Economicas da Academia Real das Ciencias de Lisboa, para o adiantamento da agricultura, das artes, e da indústria em Portugal, e suas conquistas. Tomo V. Lisboa na Officina da mesma Academia. Anno M.DCCC.XV. Com licença de sua Alteza Real. Pp. 86-9. In:

books.google.com.br/books?id=oa43AAAAMAAJ. Acesso em 24 abr. 2009

- Plano Geral da Cidade do Pará”. Tirado por Ordem do Ill.mo e Ex.mo Senhor D. Francisco de Souza Coutinho Governador e Capitão General do Estado do Graõ Pará, e Rio Negro. Também em REIS FILHO, N. Goulart. CD-ROOM, *Imagens das Vilas e Cidades do Brasil Colonial*, 1999.

- PLANTA da Cidade de Grampara fortificada pelo methodo mais simplex e menor despeza q' pode admitir a irregularidade da sua figura e desigualdade de seu Terreno, e em parte pantanoso, e em parte dos obstaculos ou dificuldade, q' se achaõ na Margem do Rio, q'offerece ao Ill.mo e Ex.mo Sn.r Joao Pereira Caldas, do Conselho de Sua Mage.de Governador e Cappam General do Estado do Grampará, Maranhão, Piauhy, Rio Negro, do Sag.to mor Gaspar João Geraldo de Gronfeld, 1773”. Fonte: Original manuscrito da Mapoteca do Itamarati (Ministério das Relações Exteriores), Rio de Janeiro. In: REIS FILHO, N. Goulart. CD-ROOM, *Imagens das Vilas e Cidades do Brasil Colonial*, 1999.

- Planta do Pantano chamado Piri” seria de autoria do capitão João Rafael Nogueira. Documento original, sob a guarda do AHEx.

- Projecto de Gronsfeld. Fonte original: manuscrito do Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa. In: REIS FILHO, N. Goulart. CD-ROOM, *Imagens das Vilas e Cidades do Brasil Colonial*, 1999.

Relatorio apresentado á Assembléa Legislativa Provincial em 15 de fevereiro de 1872 pelo presidente da provincia, dr. Abel Graça”. Pará, Typ. do Diario do Gram-Pará, 1872. In: <http://www.crl.edu/pt-br/brazil/provincial/pará>. Acesso em 23 set 2005.

Relatório apresentado à Assembléa Legislativa Provincial em 15 de fevereiro de 1881 pelo Exm. Sr. Dr. José Coelho da Gama Abreu. Pará, Typ. Do Diario de Noticias de Costa e Campbell, 1881”. Disponível em <http://www.crl.edu/pt-br/brazil/provincial/pará>. Acesso em 25 ago. 2006.

Relatorio com que o Capitão-Tenente Duarte Huet de Bacellar Pinto Guedes passou a administração do Estado do Pará em 24 de junho de 1891 ao Governador Dr. Lauro Sodré, eleito pelo Congresso Constituinte em 23 do mesmo mez”. In: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2416/000002.html>. Acesso em 3 mai. 2006.